

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - PA

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 50602.001698/2025-36

2. Descrição da necessidade

Trata-se da contratação de empresa de consultoria especializada para a execução de serviços de **Gestão Ambiental, abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais das obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, lote único**, sob a coordenação da Superintendência Regional DNIT/PA, conforme discriminado a seguir:

LOTE DA CONTRATAÇÃO	Único
RODOVIA	BR-308/PA
LOTE DE CONSTRUÇÃO	1
TRECHO	Entr. da BR-010 (A)/316 (A) (Belém) - Div. PA/AM
SUBTRECHO	Entr. BR 316(B)/ PA-124/242 (Capanema) – Rio Pirá
SEGMENTO	Km 203,27 ao km 239,27
EXTENSÃO	36,0 km
CÓDIGO SNV	308BPA0200/3008BPA0240
LOTE DE CONSTRUÇÃO	2
TRECHO	Entr. da BR-010 (A)/316 (A) (Belém) - Div. PA/AM
SUBTRECHO	Entr. PA-426 (Vila Patal) – Viseu
SEGMENTO	Km 239,27 ao km 318,90
EXTENSÃO	79,63 km
CÓDIGO SNV	308BPA0240/3008BPA0260
JURISDIÇÃO	Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará

Durante o processo de licenciamento ambiental, o órgão ambiental analisa a viabilidade ambiental do empreendimento, sendo exigidos para isso, a elaboração de estudos ambientais específicos. São esses estudos que identificam os impactos ambientais provenientes das atividades, de localização, implantação, manutenção, melhoramento e operação das rodovias e propõem as medidas mitigadoras e compensatórias, dentro de programas ambientais, a serem adotadas para minimizar esses impactos. Desta forma, para execução das obras de engenharia da Pavimentação da Rodovia Federal BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, fez-se necessário realizar o devido licenciamento ambiental, procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental licencia o empreendimento considerado potencialmente poluidor, estabelecendo condições, especificações, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo DNIT implantar o empreendimento.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA, determinou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) deve executar programas de mitigação e compensação de impactos ambientais provocados pelo empreendimento. Então, com objetivo de cumprir essa determinação do órgão ambiental que o DNIT realizará licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão ambiental/supervisão ambiental/execução, visando atender as condicionantes estabelecidas no devido processo de licenciamento ambiental, bem como as condições estabelecidas no Plano Básico Ambiental – PBA (SEI nº 21591926), aprovado para este empreendimento.

Justificamos a contratação em tela, considerando a necessidade de substituição do contrato atual de Gestão Ambiental das obras de Pavimentação da Rod. BR-308/PA, conforme Licença de Instalação - LI nº 3315/2022 (SEI nº 21592057). O atual contrato de gestão ambiental tem seu prazo de execução com vencimento em julho de 2026. A justificativa se estende por conta do atendimento às recomendações exauridas pela Procuradoria Federal Especializada - PFE/DNIT, para substituição do contrato 418/2018 (SEI nº 1550507 - pag. 85 a 91) em observância à cláusula contratual de Rescisão Antecipada (SEI nº 18752501) cuja continuidade está condicionada à consolidação de um novo processo licitatório.

Quanto à contratação de terceiros para a execução dos serviços ora a serem licitados, cumpre informar que se trata da execução de serviços para os quais o DNIT não dispõe de um quadro de profissionais suficiente para a execução direta, tanto para a gestão e supervisão quanto para a execução de

programas ambientais com caráter de conhecimento multidisciplinar, sendo usual, a execução de forma indireta mediante contratação de empresa especializada de consultoria para subsidiá-lo e auxiliá-lo nessa atividade, em decorrência da transitoriedade desses serviços, dos quais, a Lei 14.133/2021 que disciplina as licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública, admite a contratação de empresas de consultoria para estes casos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Desapropriação, Reassentamento e Meio Ambiente	Edilson Santos Juarez

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos básicos da contratação:

- A Lei nº 14.133/2021, define requisitos básicos para a contratação de empresas de assessoramento e engenharia consultiva. Diante disso, devem ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:
 - a) Documento de Formalização da Demanda;
 - b) Plano de Contratações Anual;
 - c) Estudo Técnico Preliminar;
 - d) Mapa de Riscos;
 - e) Termo de Referência;
 - f) Disponibilidade de Recursos Orçamentários;
 - g) Edital de Licitação;
 - h) Parecer da Procuradoria;
 - i) Contratação de empresa especializada por meio de certame licitatório

Requisitos específicos da contratação:

- **Código do Serviço de Engenharia:** Código **CATSER 1341** - Supervisão, gerenciamento, fiscalização - projeto, construção, obras civis.
- **Natureza do serviço:** Os serviços a serem contratados são caracterizados como **não contínuos**, pois o contratado deverá realizar a prestação dos serviços em período predeterminado.
- **Condições do serviço:** Os serviços a serem contratados são classificados como **serviço especial de engenharia**, conforme Art. 6, inciso XXI, alínea b da Lei 14.133/2021.
- **Modalidade:** Será adotada a modalidade **concorrência**, conforme Art. 6, inciso XXXVIII e Art. 29 da Lei 14.133/2021. A adoção da modalidade Concorrência para a presente contratação fundamenta-se na natureza e complexidade do objeto. Trata-se de serviço que demanda elevado grau de especialização técnica, experiência comprovada e metodologia adequada, sendo necessária a seleção da proposta mais vantajosa à Administração não apenas sob o aspecto econômico, mas também quanto à qualidade técnica. Nos termos da Lei nº 14.133, a modalidade concorrência é aplicável às contratações de maior complexidade, permitindo ampla competitividade e a adoção do critério de julgamento técnica e preço, adequado ao objeto em questão.
- **Critério de julgamento:** Será adotado o critério **técnica preço**, conforme Art. 36, parágrafo 1º, inciso I da Lei 14.133/2021. Tendo em vista que a complexidade e a natureza especializada do objeto, a qualidade técnica das propostas impacta diretamente a adequada execução dos serviços, o atendimento às exigências legais e o alcance dos resultados pretendidos pela Administração. Assim, a avaliação técnica mostra-se necessária para aferir a capacidade operacional, a metodologia e a experiência das licitantes, não sendo suficiente a análise exclusiva do preço.
- **Modo de disputa:** Será adotado o modo **fechado**, conforme Art. 56, parágrafo 2º da Lei 14.133/2021.
- **Regime de execução:** Os serviços serão executados sob o **regime de empreitada por preço global**, conforme Art. 6, inciso XXIX, e em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária.
- **Participação de Consórcios ou Empresas estrangeiras:** É vedada a participação de consórcios neste certame, considerando a natureza e a dimensão do objeto, classificado como de pequeno porte. A formação de consórcios não se mostra necessária, uma vez que o escopo da contratação é localizado e específico, vinculado a empreendimento da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará. Ressalte-se que há, no mercado nacional e regional, número suficiente de empresas capacitadas para a execução do objeto, o que assegura a competitividade do

certame. Dessa forma, a restrição não implica limitação indevida, mas sim a adequação da disputa às características do objeto e às condições locais, em observância aos princípios da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Com relação a participação de empresas estrangeiras, **não** é permitido.

- **Subcontratação: Sim.** Com aprovação prévia da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará. Considerando o caráter multidisciplinar dos serviços de gestão ambiental/supervisão/execução de programas ambientais, poderá ser necessária a subcontratação de profissionais liberais e/ou microempresas especializadas para a realização dos serviços. A contratada poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, sendo vedada o objeto principal da licitação, desde que não contemplem os serviços exigidos na habilitação do Termo de Referência e que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, sendo a subcontratação restrita ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor contratado (art. 122, da Lei nº 14.133 de 2021).
- **Mão de obra exclusiva:** O objeto será contratado **sem** dedicação exclusiva de mão de obra.
- **Parcelamento do objeto:** Opta-se pelo **não** parcelamento do objeto da contratação, pois a contratação em único lote tem como objetivo preservar a integridade quantitativa e qualitativa do objeto, uma vez que as atividades a se executar se complementam, não sendo, portanto, tecnicamente, viável sua divisão.
- **Agrupamento:** Não há agrupamento, **item único**, tendo em vista o não parcelamento do objeto, preservando assim sua integridade, além de contribuir para eficiência e padronização.
- **Orçamento Estimado:** Acostado ao Termo de Referência
- **Referência de Preços:** A metodologia e os preços unitários para custos de mão de obra, veículos, infraestruturas de imóveis e mobiliário e insumos ambientais que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos por meio da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT instituída por meio da Resolução 11, de 21 de agosto de 2020 (SEI 6319884), tendo como referência o mês de outubro/2025, referencial mais recente disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-referenciais/engenharia-consultiva-2/tabela-de-precos-de-consultoria-1/relatorios/2025/outubro/outubro-2025>.
- **Sustentabilidade:** Conforme subitem 4.1 do Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

A produção dos serviços de engenharia consultiva, objeto da contratação, possui natureza intangível, portanto a solução para contratar os serviços é compatível com a Resolução 11, de 21 de agosto de 2020, publicada no Boletim Administrativo nº 163 de 25 de agosto de 2020, que instituiu a Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, que tem como objetivo estabelecer premissas e diretrizes referentes à determinação dos custos referenciais de insumos, despesas e instalações utilizados quando da elaboração de orçamentos destinados à contratação de serviços de engenharia consultiva no âmbito do DNIT.

A Tabela de Preços de Consultoria se trata de metodologia própria da Administração, a qual é constituída por: Consolidação dos custos de mão de obra da Engenharia Consultiva; Custos gerais e Benefícios; e Despesas Indiretas - BDI.

Desse modo, como a Resolução 11/2020 é uma referência institucional e determinante, todo o balizamento para a confecção técnica e orçamentária deverá levar em conta o que está expresso naquela resolução e seus anexos.

6. Descrição da solução como um todo

No âmbito das contratações do DNIT, os serviços de Gestão Ambiental têm como base três macroatividades, quais sejam, o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução dos Programas Ambientais, de forma que cabe à Gestora Ambiental a responsabilidade pela coordenação geral de todos esses procedimentos – diretrizes de controle e monitoramento, fiscalização e documentação ambiental, para o cumprimento das exigências no desempenhar dessas atividades.

No âmbito do processo de licenciamento ambiental do empreendimento a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA, determinou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) deve executar programas de mitigação e compensação de impactos ambientais provocados pelo empreendimento. Os programas a serem executados estão estabelecidos no Plano Básico Ambiental – PBA (SEI nº 21591926), aprovado para este empreendimento, assim como na Licença de Instalação - LI nº 3315/2022 (SEI nº 21592057).

Tendo como referência as exigências ambientais dos órgãos supracitados, as especificidades do empreendimento em questão e de seus respectivos Estudos e Licenças Ambientais, o escopo dos serviços a serem prestados pela Contratada envolverá as seguintes macroatividades a seguir listadas.

- **Gerenciamento Ambiental do empreendimento e de todos os programas ambientais:**
 - Monitoramento Ambiental da Obra – Programa de Gestão/Gerenciamento Ambiental

- **Supervisão Ambiental da Obra:**

- Supervisão das atividades a serem executadas pela Construtora - Plano Ambiental da Construção - PAC:
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
 - Programa de Controle de Processos Erosivos;
 - Programa de Recuperação de Passivos Ambientais;
 - Programa de Atendimento a Emergências Ambientais - Fase de Obras;
 - Programa de Instalação, Operação e Desmobilização de Acampamentos e Áreas de uso das obras;
 - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

- **Execução de Programas Ambientais:**

- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Monitoramento, Conservação e Recuperação de Corpos Hídricos;
- Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações;
- Programa de Monitoramento de Flora;
- Programa de Controle de Supressão de Vegetação;
- Programa de Monitoramento de Fauna;
- Programa de Acompanhamento e Deslocamento da Fauna Silvestre;
- Programa de Monitoramento da Fauna Atropelada.

- **Execução do Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural:**

- Programa de Monitoramento Arqueológico;
- Programa de Educação Patrimonial.

- **Consultoria:**

- Produtos Específicos do Processo de Licenciamento Ambiental.

O serviços serão desenvolvidos e apresentados por períodos pré-determinado e constantes do cronograma físico ao longo do período previsto na forma contratual.

Ao final dos trabalhos, previstos para conclusão em **790 dias contados a partir da ordem de início dos serviços**, deverão estar concluídos todos os serviços, entre pesquisas, diagnósticos, relatórios e programas que atendem aos diretórios programas ambientais que contemplam às exigências e condicionantes ambientais, notificações, entre outro artefatos e demandas que vierem a surgir do processo de licenciamento estabelecidas pela SEMAS-PA.

Deverá ser estabelecida uma base de operações, aparelhada em um escritório comercial que deverá abrigar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos das equipes técnicas de onde serão disparadas de forma radial, intensa e simultânea os comandos da coordenação dos programas ambientais para o desenvolvimento das ações de pesquisa de campo, coleta de dados e estatísticas para atendimento progressivo de cada demanda até a conclusão e entrega dos trabalhos.

Ao longo do processo, os técnicos especialistas da engenharia consultiva com objetivos de solução diferenciadas para cada caso, deverão contar com o apoio de uma equipe técnica e administrativa ao longo de todos os processos de solução e apresentação de resultados.

As equipes técnicas multidisciplinares formadas no decorrer dos trabalhos, previstos para atender às demandas objetivadas destes ETP, além da edificação comercial (Resolução 11/2020/DNIT Anexo III Tabela 2) destinada à base operacional, contarão com logística apoiada por veículos leves (Resolução 11/2020/DNIT Anexo III Tabela 1) e um imóvel residencial (Resolução 11/2020 /DNIT Anexo III Tabela 2) destinado a servir de reduto domiciliar enquanto durar o contrato de prestação de serviços objetos destes ETP.

A mão de obra requerida para a produção dos resultados esperados está dimensionada e elencada como o demonstrado no orçamento referente e constante do TR simultâneos a estes ETP, devendo ser priorizada a comunidade técnica, científica, auxiliar técnica e apoio administrativo recrutados das cidades próximas dos trabalhos e/ou ao longo das rodovias.

As categorias de nível superior, dos profissionais indicados no ETP, Termo de Referência e orçamento estimado, foram divididas em níveis funcionais, de acordo com o tempo de experiência devidamente comprovada na área de atuação, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020:

- júnior: profissional com até 5 (cinco) anos de experiência;
- pleno: profissional com mais de 5 (cinco) anos de experiência;
- sênior: profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência;
- coordenador: requisito igual ao do profissional sênior, e;
- consultor: profissional com mais de 15 (quinze) anos de experiência.

A comprovação do tempo de experiência exigido para cada categoria se dará da seguinte forma:

- Cópia autenticada da carteira profissional (CTPS); e/ou
- Cópia autenticada da Ficha e Registro de Empresa – FRE; e/ou
- Cópia autenticada do contrato de prestação de serviço; e/ou
- Cópia autenticada dos atestados de capacidade técnica com a referida ART -Anotação de Registro Técnico, quando couber; e/ou
- Declaração Original da prestação de serviço, apresentada em papel timbrado da emitente que comprove o profissional ter prestado os serviços, de maneira satisfatória, compatíveis em características com as atividades inerentes ao licenciamento ambiental em empreendimentos de infraestrutura, contendo as seguintes informações:
 - Nome ou Razão Social, CNPJ e endereço completo do emitente;
 - Nome do profissional que prestou serviço ao emitente;
 - Data de emissão da declaração; e
 - Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto à empresa emitente).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

PRODUTOS	UNIDADE	PERIODICIDADE	QUANTIDADE
Produtos do Gerenciamento Ambiental			
Gerenciamento Ambiental	Unitário	Mensal	26,00
Produtos da Supervisão Ambiental			
Supervisão Ambiental	Unitário	Mensal	26,00
Produtos da Execução de Programas Ambientais			
Programa de Educação Ambiental	Unitário	Mensal	26,00
Programa de Comunicação Social	Unitário	Mensal	26,00
Programa de Monitoramento, Conservação e Recuperação de Corpos Hídricos	Unitário	Trimestral	9,00

Programa de Gerenciamento de Ruídos e Vibrações	Unitário	Semestral	4,00
Programa de Monitoramento de Flora	Unitário	Trimestral	9,00
Programa de Controle de Supressão de Vegetação	Unitário	Sob demanda	12,00
Programa de Monitoramento de Fauna	Unitário	Trimestral	9,00
Programa de Acompanhamento e Deslocamento da Fauna Silvestre	Unitário	Mensal	26,00
Programa de Monitoramento da Fauna Atropelada	Unitário	Mensal	26,00
Produtos da Execução do Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural			
Programa de Monitoramento Arqueológico	Unitário	Sob demanda	26,00
Programa de Educação Patrimonial	Unitário	Sob demanda	9,00
Produtos Específicos do Licenciamento Ambiental			
Consultoria	Unitário	Sob demanda	10,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 20.651.166,71

Vinte milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e seis reais e setenta e um centavos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada com um único item, portanto, a presente contratação será realizada em lote único, o qual abrangendo os segmentos compreendido entre os km 203,27 ao km 239,27 (lote 1 da construção) e Km 239,27 ao km 318,90 (lote 2 da construção) da rodovia BR-308/PA.

A contratação em tela tem como diretriz o não parcelamento ou divisão do objeto da contratação, considerando-se como prerrogativa para tal, a inter-relação existente entre as diferentes ações necessárias à plena execução dos serviços descritos no ETP e no Termo de Referência, principalmente devido à dinâmica ambiental da região de inserção do empreendimento, que por sua complexidade, demanda um estreita coordenação entre todos os profissionais envolvidos, sejam eles relacionados à flora, à fauna ou ao meio socioambiental, o que seria prejudicado no caso de divisão do objeto. Destaca-se ainda a execução dos Programas Ambientais, que em grande parte possuem estreita inter-relação e suas ações muitas vezes ocorrem de forma conjunta e integrada. Desta forma, os produtos deverão ser elaborados por uma empresa/consórcio, assegurando a ampla concorrência.

Portanto, embora divididos conceitualmente em produtos (programas ambientais) a serem apresentados, não há como seccionar a natureza sequencial das etapas que ao final estarão interligadas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contrato nº 00341/2024 (SEI nº 18218520):

- Empresa Contratada: GONCALVES & DIAS ENGENHARIA LTDA
- Edital: RDC nº 591/2023-02
- Processo: 50602.001380/2024-74
- Objeto do Contrato: Execução das obras remanescentes de implantação e pavimentação da Rodovia BR-308/PA, Trecho: Entr. BR010(A)/316 (A) (Belém) - Div. PA/MA; Subtrecho: Entr. BR-316(B)/PA-124/242 (Capanema) - Rio Piriá; Segmento: Km 203,27 - Km 239,27 - Km 318,90 e Extensão: 36,00 Km; Código SNV: 308BPA0200 ao 308BPA0240 (Lote 01).

Contrato nº 000342/2024 (SEI nº 18012144):

- Empresa Contratada: LUCENA INFRAESTRUTURA LTDA
- Edital: RDC nº 591/2023-02
- Processo: 50602.001382/2024-63
- Objeto do Contrato: Execução das obras remanescentes de implantação e pavimentação da Rodovia BR-308/PA, Trecho: Entr. BR010(A)/316 (A) (Belém) - Div. PA/MA; Subtrecho: Entr. PA-462 (Vila Patal) - Vizeu; Segmento: Km 239,27 - Km 318,90 e Extensão: 79,63 km; Código SNV: 308BPA0240 ao 308BPA0260 (Lote 02).

Contrato nº 00007/2026 (SEI nº 23474055):

- Empresa Contratada: CONSÓRCIO SUPERVISOR STE/TECHNE/PROGAIA
- Edital: Concorrência Pública nº 90060/2025
- Processo: 50602.000250/2024-14 / 50602.002951/2025-79
- Objeto do Contrato: Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Supervisão de Obras de Arte Especiais e Obras Remanescentes de Implantação e Pavimentação da Rodovia BR 308/PA, Trecho: Entroncamento da BR-010(A)/BR-316(A) (Belém) - Divisa PA /MA, Subtrecho: Entroncamento da BR-316 (B)/PA 124/242(Capanema) - Entroncamento Vizeu, Segmento: km 203,27 km 318,90, Extensão: 115,63km.

Contratos a elaborar:

- Empresa: ALTA ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA
- Edital: Concorrência Pública nº 90357/2025
- Processo: 50602.000941/2024-18
- Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para apoio aos serviços de desapropriação, contemplando a elaboração de Relatório de Programação, Relatório de Metodologia Avaliatória e Cadastros Técnicos de Desapropriação para as obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação foi contemplada no Plano Anual de Contratações, conforme Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 23936000).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado esperado pela Administração é possibilitar a manutenção da LI nº 3315/2022 (SEI nº 21592057), cujo objetivo final é o cumprimento das exigências condicionantes do órgão licenciador. Além de garantir a diminuição dos impactos socioambientais devido a implantação do empreendimento.

13. Providências a serem Adotadas

Trata-se de contratação realizada habitualmente no DNIT, não havendo no momento, necessidade de adequação do ambiente do órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

As ações decorrentes e constantes deste presente ETP não motivarão qualquer possibilidade de agressão ou necessidade de mitigação ambiental. Contudo, a contratada deverá cumprir as Instruções de Serviços do DNIT, em especial a Instrução Normativa nº61/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021, que dispõe sobre a Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que o pleno cumprimento das licenças ambientais envolve a execução dos serviços de Gestão Ambiental, abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais, durante a fase de implantação das obras de pavimentação de 115,63 km da rodovia BR-308/PA e considerando total exequibilidade das atividades a serem desenvolvidas na forma apresentada deste ETP.

Considerando o Plano Anual de Contratação - PAC (SEI nº 23936000).

Considerando a Delegação de Competência para a SRE/PA realizar os procedimentos licitatórios, conforme a Portaria Nº 769, de 31 de janeiro de 2025 (SEI nº 21592141).

Conclui-se que a presente demanda possui a viabilidade necessária para sua contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDILSON SANTOS JUAREZ

Chefe de Serviço de Desapropriação Reassentamento e Meio Ambiente - SDRMA-PA

CLEO MARCELO MONTEIRO DE PAIVA

Coordenador de Engenharia Terrestre – CET-PA

DIEGO BENITAH BATISTA

Superintendente Regional do DNIT no Estado do Pará - SRE-PA